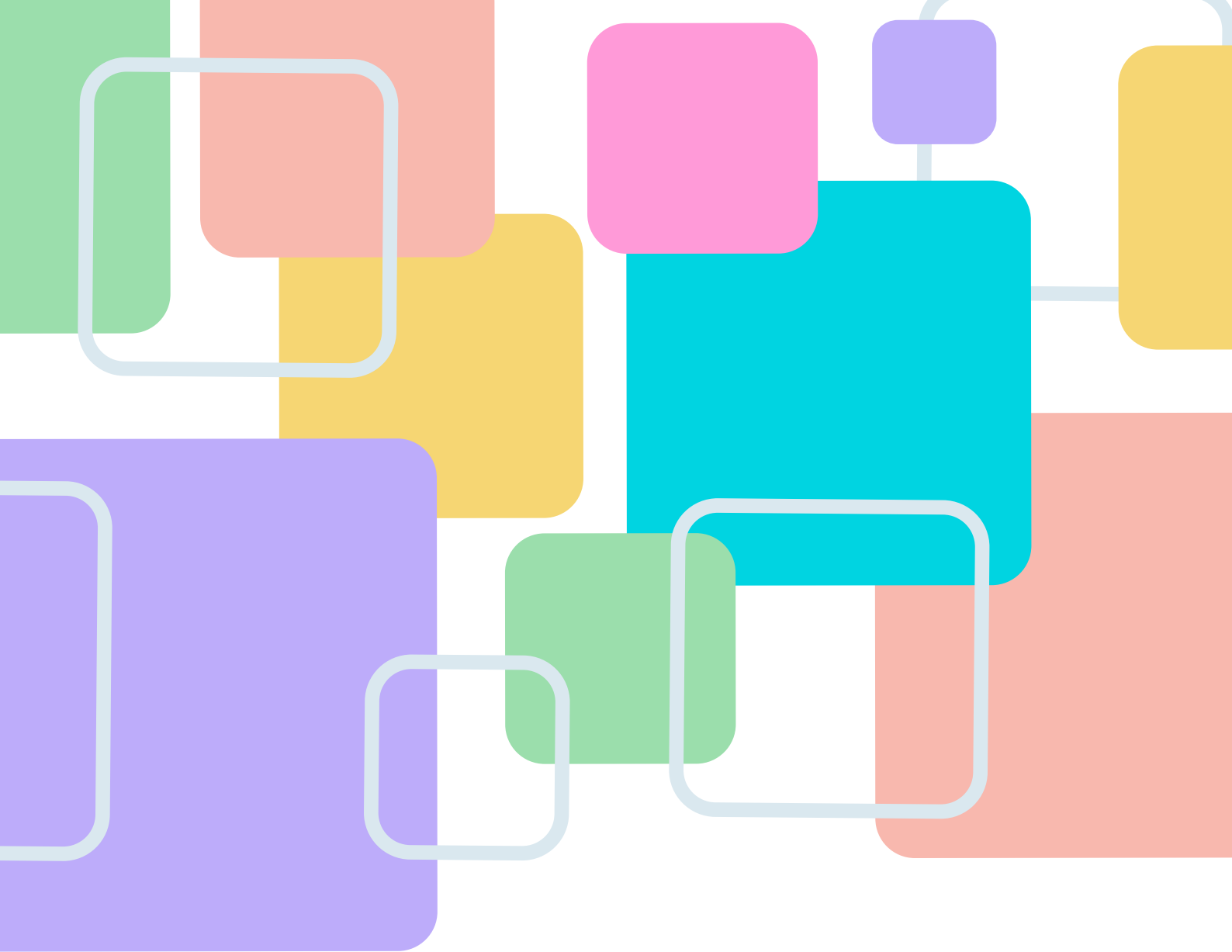




RELATO INTEGRADO 2023

Anexo I



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO E NOTAS
EXPLICATIVAS – Exercício Financeiro 2023**

Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – **TRE-MA**
Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial - **SECON**

Endereço: Av. Senador Vitorino Freire, S/N, Areinha, São Luís - MA, CEP: 65.010-917,
Fone: (98) 2107 8888.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Exercício 2023

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), normatizadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), têm como objetivo divulgar informações úteis aos usuários, com a finalidade de proporcionar a prestação de contas, responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL**

em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO – TRE-MA

**Des. José Luiz Oliveira de Almeida
PRESIDENTE**

**Mário Lobão Carvalho
DIRETOR-GERAL**

**Leana Batista Neves
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SAF**

**Rosiléia Morais Salazar Monteiro
COORDENADORA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COFIN**

**Clóves de Jesus Cardoso Conceição
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA GERENCIAL - SECON**

INFORMAÇÕES:

Telefone: (98) 2107-8888

Email: secon@tre-ma.jus.br

Disponível em:

<https://www.tre-ma.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-financeira-e-orcamentaria/de-monstracoes-contabeis>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

SUMÁRIO

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR	5
2. INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE	6
3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	7
4. DETALHAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	8
4.1. BALANÇO PATRIMONIAL	10
4.1.1. Nota 1 - Bens Móveis	11
4.1.2. Nota 2 - Bens Imóveis	14
4.1.3. Nota 3 – Intangível	19
4.1.4. Nota 4 - Pessoal a Pagar - Curto Prazo (CP)	22
4.1.5. Nota 5 - Demais Obrigações a Curto Prazo	23
4.1.6. Nota 6 – Ajustes de Exercícios Anteriores	24
4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	25
4.2.1 Nota 7 - Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA	26
4.2.2 Nota 8 - Variações Patrimoniais Diminutiva – VPD	26
4.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	28
4.3.1 Nota 09 – Execução das Despesas Orçamentárias	30
4.3.2 Nota 10- Execução de Restos a Pagar Processados e Não processados liquidados	30
4.4 BALANÇO FINANCEIRO	31
4.4.1 Nota 11 – Resultado Financeiro	31
4.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	32
4.5.1 Nota 12 – Variação dos Fluxos de Caixa	32
5 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	33
6 LISTA DE TABELAS	33
ANEXOS	35
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - SIAFI	35



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	DESCRIÇÃO
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COFIN	Coordenadoria de Orçamento e Finanças
COSIN	Coordenadoria de Sistemas e Inovação
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DCASP	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª Edição.
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público
NE	Nota Explicativa
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PSSS	Plano de Seguridade Social do Servidor Público
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RIP	Registro Imobiliário Patrimonial
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAF	Secretaria de Administração e Finanças
SECON	Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SEGEP	Seção de Gestão de Patrimônio
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
SPIUNet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UG	Unidade Gestora
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas do exercício financeiro de 2023 do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – TRE-MA. Reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, na Lei nº 4.320/64, na Lei complementar nº 101/2000 – LRF, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª Edição – MCASP.

Diante disso, declaro que as Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável às DCASP.

São Luís, 15 de fevereiro de 2024.

CLOVES DE JESUS CARDOSO CONCEIÇÃO
CRC N°. 004952/0-5
Chefe da Seção de Contabilidade



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA ENTIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) é um Órgão da Justiça Eleitoral e figura como parte responsável nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Sua sede está localizada na Av. Senador Vitorino Freire, Areinha, São Luís - MA, CEP: 65.010-917 e jurisdição em todo o território do Estado. É considerado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como um Tribunal de médio porte, com 105 Zonas Eleitorais distribuídas em 217 municípios.

Pertence ao ramo do Poder Judiciário Federal, ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, desde o alistamento dos eleitores, operacionalização das eleições até o julgamento das matérias referentes à legislação eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

Atualmente, é regido pela Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e sua existência e estrutura possuem previsão legal nos artigos 118 a 121 da Constituição Federal de 1988, os quais, dentre outras determinações, instituem o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como seu órgão máximo, de última instância, e impõem a existência de um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal. Suas competências estão fixadas nos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral e no Capítulo II do Regimento Interno (Resolução TRE/MA nº 9.850, de 8 de julho de 2021).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão foram preparadas em consonância com as normas contábeis aplicadas ao setor público, especialmente a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor público (NBC TSP), as normas e orientações emanadas pelo Órgão Central de Contabilidade da União – STN (Secretaria do Tesouro Nacional), o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 9ª Edição e as demais orientações contidas no Manual SIAFI.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

As demonstrações são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera, que no caso é o real (“R\$”). Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Ademais, o processo de verificação da conformidade contábil foi realizado pela Setorial Contábil (UG: 070173) vinculada à Seção de Contabilidade Analítica e Gerencial (SECON) da Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COFIN), pertencente à Secretaria de Administração e Finanças (SAF).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

3. DETALHAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Parte V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, foi elaborada com base na NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, além da legislação aplicável, destacando-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar 101/2000. Seu objetivo é padronizar a estrutura e as definições dos elementos contábeis a constar nas Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público (DCASP).

Tais normas exigem que as DCASP devem ser apresentadas para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores da mesma entidade, quanto com as de outras entidades. Para alcançar esse objetivo, são estabelecidos requisitos gerais para a apresentação, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para o seu conteúdo.

Todo o rigor metodológico exigido pelas normas tem a finalidade de satisfazer às necessidades de informação de usuários que não se encontram em condições de exigir relatórios elaborados para atender às suas necessidades específicas. Os usuários das demonstrações contábeis incluem contribuintes, parlamentares, credores, fornecedores, mídia e empregados, dentre outros.

Ademais, no âmbito da Administração Pública, as demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, têm se tornado cada vez mais relevantes, ganhando espaço tanto para tomada de decisão pelos gestores quanto para fins de controle pelos órgãos e pela sociedade, auxiliando os usuários a estimar os resultados futuros e os fluxos financeiros em um certo período de uma entidade. Por isso devem ser claras, objetivas, neutras, compreensíveis, comparáveis, fidedignas e relevantes para evidenciar o patrimônio da instituição.

Assim, conjugando as disposições legais e aquelas contidas na NBC TSP 11, compõem o conjunto de Demonstrações elaboradas e publicadas pelo TRE-MA, conforme o MCASP, 9ª Edição:

a) Balanço Patrimonial:

É a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

b) Demonstração das Variações Patrimoniais:

É a demonstração contábil que evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa:

É a demonstração contábil que evidencia as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

d) Balanço Orçamentário:

É a demonstração contábil que demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

e) Balanço Financeiro:

É a demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

f) Notas explicativas:

São informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP e são consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

3.1. BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		5.965.894,18	6.203.841,06
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.066.418,48	3.600.088,45
Créditos a Curto Prazo		126.270,00	95.896,70
Demais Créditos e Valores		126.270,00	95.896,70
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-
Estoques		1.740.303,62	2.462.920,72
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		32.902,08	44.935,19
ATIVO NÃO CIRCULANTE		174.759.688,88	119.325.910,23
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Investimentos			
Imobilizado		169.462.815,68	114.874.627,03
Bens Móveis	1	107.308.108,00	56.309.779,34
Bens Móveis		149.093.120,34	93.329.823,92
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão			
Acum. de Bens Móveis		-41.785.012,34	-37.020.044,58
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			
Bens Imóveis	2	62.154.707,68	58.564.847,69
Bens Imóveis		62.841.271,13	59.203.151,51
(-) Depr./Amortização/Exaustão			
Acum. de Bens Imóveis		-686.563,45	-638.303,82
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			
Intangível	3	5.296.873,20	4.451.283,20
Softwares		5.296.873,20	4.451.283,20
Softwares		5.296.873,20	4.451.283,20
(-) Amortização Acumulada de Softwares			-638303,82
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares			
TOTAL DO ATIVO		180.725.583,06	125.529.751,29

Tabela 1 - Ativo do BP. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		8.993.195,44	6.259.425,81
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4	2.458.937,97	4.803.171,31
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5	3.591.614,51	1.193.605,84
Demais Obrigações a Curto Prazo	6	2.942.642,96	262.648,66
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a			
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo			
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações a Longo Prazo			
Resultado Diferido			
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		8.993.195,44	6.259.425,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		2023	2022
Patrimônio Social e Capital Social			
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)			
Reservas de Capital			
Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Reservas de Lucros			
Demais Reservas		1.387,83	
Resultados Acumulados		171.730.999,79	119.270.325,48
Resultado do Exercício		48.313.317,67	26.519.111,72
Resultados de Exercícios Anteriores		119.268.937,65	90.009.954,76
Ajustes de Exercícios Anteriores	7	4.148.744,47	2.741.259,00
(-) Ações / Cotas em Tesouraria			
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		171.732.387,62	119.270.325,48
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		180.725.583,06	125.529.751,29

Tabela 2 - Passivo do BP. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024.

3.1.1. Nota 1 - Bens Móveis

Os bens móveis são reconhecidos inicialmente com base no seu valor de aquisição, produção ou construção, ou seja, pelo seu custo.

O custo de um bem móvel compreende os seguintes elementos, conforme a Macrofunção SIAFI - 020343 - BENS MÓVEIS:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

- b) Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o bem no local e condição necessários para o mesmo ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração.

O método de depreciação utilizado é o das quotas constantes, conforme a Macrofunção SIAFI - 020330 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND. A vida útil e a taxa de depreciação utilizadas também seguem as diretrizes dessa norma.

VIDA ÚTIL, TAXA ANUAL DE DEPRECIÇÃO E VALOR RESIDUAL DOS BENS MÓVEIS DO TRE-MA				
Conta	Descrição	Vida Útil	Taxa Anual de Depreciação	Valor Residual
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	6,67%	10%
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	10%	20%
123110103	APARELHOS, EQUIP. MÉD. ODONT. LAB. E HOSPITALARES	15	6,67%	20%
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%	10%
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%	10%
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	6,67%	10%
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENS. DE OFICINA	10	10%	10%
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%	10%
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%	10%
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	20%	10%
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%	10%
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%	10%
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%	10%
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	10%	0%
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%	10%
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO			
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	15	6,67%	10%
123110503	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	6,67%	10%
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%	10%

Tabela 3 - Contas Contábeis de Bens Móveis. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024..

Os Bens Móveis do TRE-MA estão distribuídos nas contas apresentadas na tabela a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Valor Bruto dos Bens Móveis do TRE-MA						
Conta	Descrição	2023	2022	Variação%	Variação R\$	
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	R\$ 106.207,18	R\$ 103.844,30	2,28%	R\$	2.362,88
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	R\$ 456.402,04	R\$ 500.674,82	-8,84%	-R\$	44.272,78
123110103	APARELHOS, EQUIP. MÉD. ODONT. LAB. E HOSPITALARES	R\$ 208.709,93	R\$ 210.936,89	-1,06%	-R\$	2.226,96
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	R\$ 1.624.414,89	R\$ 1.643.910,49	-1,19%	-R\$	19.495,60
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	R\$ 4.212.974,21	R\$ 3.662.362,55	15,03%	R\$	550.611,66
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	R\$ 112.072,26	R\$ 112.746,00	-0,60%	-R\$	673,74
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENS. DE OFICINA	R\$ 10.333,00	R\$ 10.333,00	0,00%	R\$	-
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	R\$ 29.813,88	R\$ 31.176,17	-4,37%	-R\$	1.362,29
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	R\$ 501.487,53	R\$ 535.566,55	-6,36%	-R\$	34.079,02
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 123.960.726,38	R\$ 69.377.716,06	78,68%	R\$	54.583.010,32
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	R\$ 3.159.194,44	R\$ 3.237.934,15	-2,43%	-R\$	78.739,71
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	R\$ 479,76	R\$ 479,76	0,00%	R\$	-
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	R\$ 6.847.288,91	R\$ 7.211.336,27	-5,05%	-R\$	364.047,36
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	R\$ 84.907,55	R\$ 70.986,54	19,61%	R\$	13.921,01
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	R\$ 1.279.704,50	R\$ 972.385,62	31,60%	R\$	307.318,88
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	0,00%	R\$	-
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	R\$ 318.097,82	R\$ 317.393,79	0,22%	R\$	704,03
123110503	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	R\$ 5.901.323,84	R\$ 5.094.923,84	15,83%	R\$	806.400,00
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	R\$ 197.824,26	R\$ 200.117,12	-1,15%	-R\$	2.292,86
123119907	BENS NÃO LOCALIZADOS	R\$ 46.157,96	R\$ -		R\$	46.157,96
Total	20	R\$ 149.093.120,34	R\$ 93.329.823,92			R\$55.763.296,42

Tabela 4 – Valores brutos ou de aquisição de Bens Móveis. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024

Já a depreciação apurada ao longo do ano de 2023, detalhada por conta contábil, é a seguinte:

Depreciação Acumulada dos Bens Móveis do TRE-MA			
Conta	Descrição	2023	
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	-R\$	54.350,71
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	-R\$	188.345,14
123110103	APARELHOS, EQUIP. MÉD. ODONT. LAB. E	-R\$	37.167,80
123110105	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E	-R\$	1.054.843,92
123110107	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	-R\$	2.055.210,49
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	-R\$	71.186,27
123110109	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENS. DE OFICINA	-R\$	9.299,70
123110121	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	-R\$	19.876,14
123110125	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	-R\$	127.694,65
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	-R\$	29.165.217,37
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	-R\$	1.554.318,10
123110302	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE	-R\$	206,40
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	-R\$	4.012.488,16
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	-R\$	52.785,80
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	-R\$	568.566,16
123110406	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	R\$	-
123110501	VEÍCULOS DIVERSOS	-R\$	225.617,36
123110503	VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	-R\$	2.444.788,82
123119909	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	-R\$	143.049,35
Total	19	-R\$	41.785.012,34



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Tabela 5 – Valor da depreciação anual por conta de bem móvel. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024.

O reflexo das informações no Balanço Patrimonial 2023 foi o seguinte:

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022	Análise Horizontal - %
Bens Móveis (Valor Líquido)	1	107.308.108,00	56.309.779,34	90,57%
Bens Móveis (Valor Bruto)		149.093.120,34	93.329.823,92	59,75%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-41.785.012,34	-37.020.044,58	12,87%

Tabela 6 – Subgrupo Móveis do BP. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024.

No subgrupo Bens Móveis, em 2023, ocorreu uma variação positiva de 90,57% em relação ao exercício anterior, representando um aumento significativo de R\$ 50.998.328,66 no valor líquido contábil desses bens. Grande parte desse montante, qual seja R\$ 41.756.050,00, refere-se ao registro de recebimento de 7.000 (sete mil) urnas eletrônicas (modelo 2022) do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

3.1.2. Nota 2 - Bens Imóveis

Os bens imóveis são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares.

O custo de um bem imóvel compreende os seguintes elementos, conforme a Macrofunção SIAFI - 020344 - BENS IMÓVEIS:

- seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e tributos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;
- quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração;

Segundo a Macrofunção SIAFI - 020330 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E FUND, a depreciação de bens imóveis deve ser calculada com base nas quotas constantes, excetuando:

- Grupos de contas 12321.05.00 BENS DE USO COMUM DO POVO, 12321.01.00 - BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

b) Valor de terrenos.

O TRE-MA recai na exceção da norma, pois possui bens imóveis registrados na conta de bens de uso especial. Nesse caso, com base na Macrofunção 020344 de bens imóveis, todo o processo de depreciação é normatizado na Portaria Conjunta SPU-STN 703-2014 - Atualização de bens imóveis da União.

Desse modo, conforme o art. 7º da norma, o valor depreciado dos bens imóveis do TRE-MA é apurado mensalmente e de forma automática pelo sistema SPIUNET sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle¹.

Quanto à vida útil, a norma da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), no seu §1º do art. 7º, normatiza que para fins da depreciação, a vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis.

O §3º informa que valor residual será estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e comunicado à SPU.

Assim, toda a sistemática de depreciação é realizada via sistema da SPU, chamado de SPIUNET, o qual registra automaticamente no SIAFI a cota mensal para os bens de Uso Especial registrados na conta contábil 12321.01.02.

Os bens Imóveis registrados no Balanço Patrimonial compreendem, genericamente, dois grupos de contas: uma conta de bens de uso especial registrados na SPU e gerenciados no SPIUNET e outra de bens imóveis não registrados na SPU, já que carecem de regularização documental.

Os bens imóveis do TRE-MA, registrados na conta contábil 12321.01.02 e na SPU são os seguintes:

¹ A depreciação se distribui ao longo da vida da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET								
Conta Contábil 12321.01.02 e 1221.0103 - Valores Brutos								
Cód. Município/UG	Município/Órgão	RIP	Coluna1	TIPO	Terreno 31/12/2023	Benfeitoria 31/12/2023	Total BRUTO do Imóvel 31/12/2023	
723	BACABAL	0723.00027.500-3	723000275003	Terreno + Benfeitoria	R\$ 36.964,30	R\$ 671.398,07	R\$ 708.362,37	
739	BREJO	0739.00007.500-0	739000075000	Terreno + Benfeitoria	R\$ 75.309,78	R\$ 955.230,91	R\$ 1.030.540,69	
755	CARUTAPERA	0755.00019.500-8	755000195008	Terreno	R\$ 29.387,83	R\$ -	R\$ 29.387,83	
767	COLINAS	0767.00006.500-0	767000065000	Terreno + Benfeitoria	R\$ 42.251,76	R\$ 434.886,72	R\$ 477.138,48	
769	COROATA	0769.00017.500-7	769000175007	Terreno + Benfeitoria	R\$ 10.645,72	R\$ 671.398,07	R\$ 682.043,79	
793	GRAJAU	0793.00067.500-2	793000675002	Terreno + Benfeitoria	R\$ 41.728,98	R\$ 844.607,06	R\$ 886.336,04	
799	ICATU	0799.00003.500-2	799000035002	Terreno + Benfeitoria	R\$ 12.090,51	R\$ 730.594,15	R\$ 742.684,66	
803	IMPERATRIZ	0803.00321.500-3	803003215003	Terreno + Benfeitoria	R\$ 9.901,33	R\$ 1.164.406,73	R\$ 1.174.308,06	
807	ITAPECURU MIRIM	0807.00008.500-4	807000085004	Terreno + Benfeitoria	R\$ 11.520,29	R\$ 628.654,72	R\$ 640.175,01	
809	JOÃO LISBOA	0809.00147.500-7	809001475007	Terreno + Benfeitoria	R\$ 109.067,88	R\$ 712.045,88	R\$ 821.113,76	
813	LAGO DA PEDRA	0813.00001.500-0	813000015000	Terreno + Benfeitoria	R\$ 22.178,58	R\$ 671.398,07	R\$ 693.576,65	
849	PACO DO LUMIAR	0849.00007.500-4	849000075004	Terreno + Benfeitoria	R\$ 100.999,45	R\$ 793.968,04	R\$ 894.967,49	
853	PARAIBAND	0853.00001.500-0	853000015000	Terreno + Benfeitoria	R\$ 22.178,58	R\$ 671.398,07	R\$ 693.576,65	
857	PASSAGEM FRANCA	0857.00016.500-4	857000165004	Terreno + Benfeitoria	R\$ 38.324,04	R\$ 870.690,11	R\$ 909.014,15	
859	PASTOS BONS	0859.00003.500-0	859000035000	Terreno + Benfeitoria	R\$ 127.044,70	R\$ 563.925,96	R\$ 690.970,66	
861	PEDREIRAS	0861.00016.500-2	861000165002	Terreno	R\$ 35.248,18	R\$ 1,00	R\$ 35.249,18	
867	PINDARE MIRIM	0867.00003.500-0	867000035000	Terreno + Benfeitoria	R\$ 110.384,06	R\$ 623.452,44	R\$ 733.836,50	
877	PORTO FRANCO	0877.00225.500-5	877002255005	Terreno + Benfeitoria	R\$ 196.523,74	R\$ 947.550,76	R\$ 1.144.074,50	
889	SÃO JOSE DE RIBAMAR	0889.00061.500-8	889000615008	Terreno + Benfeitoria	R\$ 38.324,59	R\$ 671.398,07	R\$ 709.722,66	
891	ROSÁRIO	0891.00006.500-0	891000065000	Terreno	R\$ 78.921,45	R\$ 1,00	R\$ 78.922,45	
895	SANTA HELENA	0895.00009.500-9	895000095009	Terreno + Benfeitoria	R\$ 167.283,60	R\$ 290.472,19	R\$ 457.755,79	
907	SÃO BENTO	0907.00005.500-4	907000055004	Terreno + Benfeitoria	R\$ 36.964,30	R\$ 671.398,07	R\$ 708.362,37	
921	SÃO LUIS - Secretaria	0921.00363.500-7	921003635007	Terreno + Benfeitoria	R\$ 311.574,01	R\$ 17.516.501,78	R\$ 17.828.075,79	
921	SÃO LUIS - Fórum Eleitoral	0921.00423.500-2	921004235002	Terreno + Benfeitoria	R\$ 476.685,12	R\$ 5.571.012,55	R\$ 6.047.697,67	
923	SÃO MATEUS DO MARANHÃO	0923.00005.500-6	923000055006	Terreno + Benfeitoria	R\$ 26.407,35	R\$ 535.751,83	R\$ 562.159,18	
935	TIMBIRAS	0935.00001.500-8	935000015008	Terreno + Benfeitoria	R\$ 29.571,44	R\$ 27.149,67	R\$ 56.721,11	
937	TIMON	0937.00005.500-6	937000055006	Terreno + Benfeitoria	R\$ 98.579,36	R\$ 671.398,07	R\$ 769.977,43	
939	TUNTUM	0939.00005.500-2	939000055002	Terreno + Benfeitoria	R\$ 13.530,69	R\$ 712.415,22	R\$ 725.945,91	
945	URBANO SANTOS	0945.00004.500-1	945000045001	Terreno + Benfeitoria	R\$ 2.218,22	R\$ 700.448,74	R\$ 702.666,96	
947	VARGEM GRANDE	0947.00008.500-0	947000085000	Terreno + Benfeitoria	R\$ 35.217,94	R\$ 730.594,15	R\$ 765.812,09	
949	VIANA	0949.00003.500-9	949000035009	Terreno + Benfeitoria	R\$ 5.677,72	R\$ 489.438,70	R\$ 495.116,42	
953	VITORINO FREIRE	0953.00003.500-7	953000035007	Terreno	R\$ 44.153,63	R\$ 1,00	R\$ 44.154,63	
957	SANTA INES	0957.00026.500-5	957000265005	Terreno + Benfeitoria	R\$ 14.785,72	R\$ 671.398,07	R\$ 686.183,79	
961	ACAILANDIA	0961.00030.500-5	961000305005	Terreno + Benfeitoria	R\$ 23.971,28	R\$ 730.594,15	R\$ 754.565,43	
1287	ZE DOCA	1287.00006.500-9	1287000065009	Terreno + Benfeitoria	R\$ 3.380,14	R\$ 445.776,07	R\$ 449.156,21	
717	ARAIOSES	0717.00016.500-9	717000165009	Terreno	R\$ 44.480,00	R\$ -	R\$ 44.480,00	
963	ESTREITO	0963.00412.500-8	963004125008	Terreno + Benfeitoria	R\$ 55.125,84	R\$ 343.009,58	R\$ 398.135,42	
757	CAXIAS	0757.00117.500-7	757001175007	Terreno + Benfeitoria	R\$ 552.090,00	R\$ 1.037.563,65	R\$ 1.589.653,65	
861	PEDREIRAS	0861.00030.500-9	861000315004,00	Terreno + Benfeitoria	R\$ 52.675,00	R\$ 220.478,89	R\$ 273.153,89	
Total					R\$ 3.143.367,11	R\$ 43.992.408,21	R\$ 47.135.775,32	

Tabela 7 – Relação de bens Imóveis de uso especial cadastrados na SPU. Fonte: SIAFI/SPUINET, em 27/01/2024
<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis>.

Já os bens imóveis do TRE-MA, não registrados na SPU e constante na conta contábil 12321.02.02 seguem abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Imóveis não registrados na SPU Conta 123210202 - Valores Brutos									
Conta Contábil	Título	Conta Corrente	Local	Valor BRUTO em 2022	Valor BRUTO em 2023	Depreciação Acumulada	Valor LÍQUIDO em 2023		
123210202	EDIFICIOS	IM070005D	Presidente Dutra	R\$ 728.828,82	R\$ 728.828,82	R\$ 62.855,82	R\$ 665.973,00		
123210202	EDIFICIOS	IM70005BA	Balsas	R\$ 1.049.907,05	R\$ 1.049.907,05	R\$ 80.716,85	R\$ 969.190,20		
123210202	EDIFICIOS	IM70005CA	Caxias	R\$ 2.699.355,25			R\$ -		
123210202	EDIFICIOS	IM70005CH	Chapadinha	R\$ 769.428,51	R\$ 769.428,51	R\$ 11.496,99	R\$ 757.931,52		
123210202	EDIFICIOS	IM70005CN	Coelho Neto	R\$ 944.131,04	R\$ 944.131,04	R\$ 71.032,22	R\$ 873.098,82		
123210202	EDIFICIOS	IM70005MI	Mirador	R\$ 896.449,93	R\$ 896.449,93	R\$ 72.674,19	R\$ 823.775,74		
123210202	EDIFICIOS	IM70005PD	Pedreiras	R\$ 311.968,87			R\$ -		
				R\$ 7.400.069,47	R\$ 4.388.745,35	R\$ 298.776,07	R\$ 4.089.969,28		

Tabela 8 Relação de bens Imóveis de uso especial não cadastrados na SPU. Fonte: SIAFI, em 27/01/2024.

Além dos terrenos e edifícios, o subgrupo imóveis compreende obras em andamento, estudos e projetos e instalações.

Item	Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo em 31/12/2023
1	1.2.3.2.1.01.02	EDIFICIOS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 46.903.581,24
2	1.2.3.2.1.01.03	TERRENOS/GLEBAS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 232.194,09
3	1.2.3.2.1.02.02	EDIFICIOS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 4.388.745,35
4	1.2.3.2.1.02.03	TERRENOS/GLEBAS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	
5	1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO	R\$ 8.462.765,71
6	1.2.3.2.1.06.05	ESTUDOS E PROJETOS	R\$ 9.207,26
7	1.2.3.2.1.07.00	INSTALACOES	R\$ 2.844.777,48
Total			R\$ 62.841.271,13

Tabela 9 Contas Contábeis pertencente ao subgrupo Imóveis. Fonte: SIAFI, em 27/01/2024.

O reflexo das informações no Balanço Patrimonial 2023 foi o seguinte:

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022	Análise Horizontal - %
Bens Imóveis (Valor Líquido)	2	62.154.707,68	58.564.847,69	6,13%
Bens Imóveis (Valor Bruto)		62.841.271,13	59.203.151,51	6,15%
(-) Depr./Amortização/Exaustão				
Acum. de Bens Imóveis		-686.563,45	-638.303,82	7,56%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis				

Tabela 10 - Subgrupo Imóveis do BP. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Esse subgrupo apresentou um saldo total no exercício 2023 de R\$62.841.271,13, fruto de uma variação horizontal positiva de 6,15% em relação ao exercício anterior, correspondente ao aumento de R\$3.638.119,62.

Esse aumento decorreu dos seguintes fatos contábeis patrimoniais:

Item	Conta Contábil	Descrição da Conta	Saldo em 31/12/2022	Alterações no patrimônio em 2023	Saldo em 31/12/2023
1	1.2.3.2.1.01.02	EDIFÍCIOS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 45.040.773,70	R\$ 1.862.807,54	R\$ 46.903.581,24
2	1.2.3.2.1.01.03	TERRENOS/GLEBAS REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 232.194,09	R\$ -	R\$ 232.194,09
3	1.2.3.2.1.02.02	EDIFÍCIOS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ 7.400.069,47	-R\$ 3.011.324,12	R\$ 4.388.745,35
4	1.2.3.2.1.02.03	TERRENOS/GLEBAS NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET	R\$ -	R\$ -	
5	1.2.3.2.1.06.01	OBRAS EM ANDAMENTO	R\$ 5.101.624,69	R\$ 3.361.141,02	R\$ 8.462.765,71
6	1.2.3.2.1.06.05	ESTUDOS E PROJETOS	R\$ 9.207,26	R\$ -	R\$ 9.207,26
7	1.2.3.2.1.07.00	INSTALAÇÕES	R\$ 1.419.282,30	R\$ 1.425.495,18	R\$ 2.844.777,48
Total			R\$ 59.203.151,51	R\$ 3.638.119,62	R\$ 62.841.271,13

Tabela 11- Alterações patrimoniais no subgrupo Imóveis em 2023. Fonte: SIAFI, em 27/01/2024.

Item 1

- a) Incorporação dos imóveis das cidades de Caxias e Pedreiras ao patrimônio da União, com registros nos valores de R\$ 1.589.653,65 e R\$ 273.153,89, respectivamente, conforme informações constantes no SEI nº 0000834-90.2020.6.27.8000;

Item 2

- b) Não houve variação;

Item 3

- c) Baixa do saldo correspondente aos imóveis das cidades de Caxias, no valor de R\$ 2.699.355,25, e Pedreiras, no valor de R\$ 311.968,87, decorrente da reclassificação para a conta 1.2.3.2.1.01.02 - Edifícios Registrados no SPIUNET, em virtude da incorporação de tais imóveis ao patrimônio da União, conforme descrito no item 1;

Item 4

- d) Não houve variação;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Item 5

- e) Apropriação do custo da reforma do Fórum Eleitoral de São Luís, que está na 11ª medição, no valor total R\$ 3.361.141,02;

Item 6

- f) Não houve variação;

Item 7

- g) Investimentos de R\$ 487.276,06 para os serviços de instalação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio (spci) e proteção contra descargas atmosféricas (spda) dos Prédios Sede e Anexo do TRE/MA (SEI nº 0014230-78.2022.6.27.8000), e R\$ 938.219,12 com serviços de substituição das esquadrias da fachada do referido imóvel (SEI nº 0002422-42.2023.6.27.8000).

Ressalte-se, ainda, que o imóvel próprio do Fórum Eleitoral de São Luís, cadastrado na SPU sob o RIP 0921.00423.500-2, com valor bruto de R\$ R\$ 6.047.697,67, está em reforma de grandes proporções, decorrente de dano estrutural significativo, como pode ser constatado nos valores investidos e os que ainda serão empregados. Tal imóvel, inclusive, está em processo de reavaliação, conforme processo SEI 0009855-34.2022.6.27.8000.

3.1.3. Nota 3 – Intangível

Os Ativos Intangíveis² são registrados pelo custo de aquisição ou de produção, ou o valor que constar no termo de doação, seguindo as diretrizes da Macrofunção SIAFI - 020345 – ATIVOS INTANGÍVEIS.

Em tais custos estão inclusos o preço de compra, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta.

² É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Além dos intangíveis decorrente de aquisição em separado, o TRE-MA possui ativos intangíveis produzidos internamente e outros obtidos por meio de transações sem contraprestação, entretanto não registrados no Balanço Patrimonial por não preencherem os requisitos de confiabilidade na mensuração do custo ou apuração do valor justo do ativo.

A Macrofunção SIAFI 020345, no seu item 4.1.4, deixa claro esses requisitos imperativos para inclusão de ativos no patrimônio da entidade.

“4.1.4 (...)os ativos intangíveis devem ser reconhecidos como intangíveis se forem identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Esse reconhecimento só ocorre se: a) for provável que os benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e b) o custo ou o valor justo do ativo puder ser mensurado confiavelmente”.

Não obstante a ausência de reconhecimento no Balanço Patrimonial da entidade, o TRE-MA possui catalogados todos os ativos intangíveis não reconhecidos. Assim que a metodologia para apuração for implementada os itens serão objeto de registro contábil.

Frise-se que a Auditoria Interna, por meio da Auditoria de Contas 2021, recomendou à Administração a constituição de regulamentação capaz de possibilitar o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos softwares produzidos internamente ou adquiridos em doação, providência que está sendo coordenada pela COSIN – Coordenadoria de Sistemas e Inovação.

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, item 6.8.6, assim normatiza quanto aos ativos de vida útil indefinida:

“6.8.6. O ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado. A entidade deve testar a perda de valor dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou aqueles ainda não disponíveis para o uso, comparando o valor recuperável com o seu valor contábil sempre que existir indícios de que ativo intangível pode ter perdido valor.”

Os intangíveis registrados possuem a seguinte distribuição por empresa:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

ATIVOS INTANGÍVEIS DE VIDA ÚTIL INDEFINIDA DA ENTIDADE

Empresas	Valor da Aquisição
ADDED COMPUTER & TELEPHONY COMERCI	R\$ 102.700,00
AJGF SOLUCOES E ENGENHARIA LTDA	R\$ 2.614,00
ALLEN RIO SERV. E COM. DE PROD. DE	R\$ 455.397,90
AMAZONCAD TREINAMENTO EM TECNOLOGIA DA	
INFORMACAO EIREL	R\$ 63.990,00
AX4B SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 442.000,00
BP S/A	R\$ 1.670,00
COMPWIRE INFORMÁTICA S/A	R\$ 19.834,24
CORESEC SEGURANCA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 19.000,00
DISTEC BRASIL INFORMATICA LTDA	R\$ 165.205,00
EXTREME DIGITAL CONSULTORIA E REPRESENTACOES LTDA	R\$ 611.400,00
FONMART TECNOLOGIA LTDA	R\$ 91.000,00
FONMART TECNOLOGIA LTDA	R\$ 33.318,49
H3D SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA	R\$ 91.000,00
INTRANORTH-TREINAMENTO EM TECNOLOG	R\$ 69.300,00
JETSEG E INFORMATICA E SEGURANCA L	R\$ 3.700,00
PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES	R\$ 442.679,00
PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.	R\$ 258.732,00
PROCESSOR INFORMATICA S.A	R\$ 99.744,32
SERVICE IT	R\$ 586.500,00
SEVEN SECURE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	R\$ 505.000,00
SOFTLINE INTERNATIONAL BRASIL COMERCIO E	
LICENCIAMENTO	R\$ 335.000,00
SOPHO BUSINESS COMMUNICATIONS	R\$ 51.498,25
EMPRESA SYSTEM MANAGER TECNOLOGIA EM	
INFORMATICA LTDA	R\$ 450.190,00
EMPRESA SEPROL IT SERVICES E CONSULTING LTDA	R\$ 395.400,00
Total Geral	R\$ 5.296.873,20

Tabela 12 Ativo Intangível (Software) por fornecedor. Fonte: SIAFI, em 27/01/2024.

O reflexo das informações no Balanço Patrimonial 2021 foi a seguinte:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022	Análise Horizontal - %
Intangível	3	5.296.873,20	4.451.283,20	19,00%
Softwares (Valor Líquido)		5.296.873,20	4.451.283,20	19,00%
Softwares (Valor Bruto)		5.296.873,20	4.451.283,20	19,00%
(-) Amortização Acumulada de Softwares				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares				

Tabela 13 – Subgrupo Intangível do BP. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024.

No subgrupo Intangível o item Software com vida útil indefinida apresentou em 31/12/2023, um aumento de 19,00% (R\$5.296.873,20).

O incremento desse saldo na conta decorreu dos seguintes fatos contábeis:

- Aquisição de Solução de Gerenciamento de Ativos e Patches, contendo 2.300 licenças, da empresa System Manager Tecnologia em Informática LTDA, no valor de R\$ 450.190,00, conforme informações constantes no SEI nº 0013480-76.2022.6.27.8000;
- Aquisição de 08 (oito) licenças perpétuas do software de backup “Veeam Data Platform Advanced Socket, com serviço de implementação e 60 (sessenta) meses de suporte técnico, da empresa Seprol It Services & Consulting Ltda, no valor de R\$ 395.400,00, conforme informações constantes no SEI nº 0009360-53.2023.6.27.8000;

3.1.4. Nota 4 - Pessoal a Pagar - Curto Prazo (CP)

PASSIVO				Análise Horizontal - %
ESPECIFICAÇÃO	NE	2023	2022	Análise Horizontal - %
PASSIVO CIRCULANTE		8.993.195,44	6.259.425,81	43,67%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4	2.458.937,97	4.803.171,31	-48,81%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5	3.591.614,51	1.193.605,84	200,90%
Demais Obrigações a Curto Prazo	6	2.942.642,96	262.648,66	1020,37%

Tabela 14 Passivo Circulante do BP. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024.

Compreende as obrigações a curto prazo referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, quando pagos em data posterior a qual forem incorridos. No fechamento do exercício 2023, tal item apresentou um saldo de R\$ 2.458.937,97, o qual representa uma diminuição de R\$ 2.344.233,34 (-48,81%) em relação ao



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

exercício de 2022, visto que foi pago pelo órgão parte do passivo de banco de horas resultante da prestação de serviço extraordinário efetuado pelos servidores da instituição. O saldo residual da conta é decorrente de:

- a) Registro de passivo no valor total de R\$ 2.199.410,31, referente a banco de horas de serviços extraordinários dos servidores ativos, correspondentes aos anos de 2020 e 2021, conforme Orientação SOF/TSE nº 03 de 24/11/2023 e informações fornecidas pela SEPAG/COPES/SGP;
- b) Registro de férias a pagar apropriada e ajustada de acordo com o sistema de relatório da folha de pagamento, totalizando o valor de R\$ 219.595,95, consoante Acórdão do Tribunal de Contas da União/TCU 1322/2018, novos procedimentos da Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional - CCONT/STN e Orientação SOF/TSE nº 10/2018.
- c) Apropriação de contribuição individual e patronal de INSS, totalizando o montante de R\$ 39.931,71, correspondente aos servidores sem vínculo com o TRE, levando-se em consideração os novos procedimentos decorrentes da implantação dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital (EFD-Reinf e eSocial).

3.1.5. Nota 5 – Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, decorrente de contratos contínuos e/ou pontuais.

Nota-se um aumento no saldo entre os exercícios de 2022 e 2023, na ordem de R\$ 2.398.008,67, totalizando um valor de R\$ 3.591.614,51, o qual se refere à apropriação dessas despesas (limpeza, aluguel, segurança etc) pelo fato gerador da obrigação, considerando o regime de competência, nos termos da Macrofunção Siafi 020318 – Encerramento de Exercício e Orientação SOF nº 03/2023.

3.1.6. Nota 6 - Demais Obrigações a Curto Prazo



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo.

Nota-se um aumento significativo no exercício de 2023, no importe de R\$ 2.679.994,30, totalizando um saldo final de R\$ 2.942.642,96, o qual se refere ao registro de obrigações a pagar de ISS, retenção previdenciária a pagar decorrente dos contratos de cessão de mão-de-obra de diversas empresas com o TRE/MA, glosas de encargos trabalhistas etc.

Vale ressaltar que a maior parte desse saldo, qual seja R\$ 2.608.192,66, refere-se à retenção de imposto de renda das folhas de pagamento dos servidores, em virtude da nova rotina implantada no SIAFI, a partir de maio/2023, decorrente das informações transmitidas pelo sistema e-Social e recebidas na DCTFWeb. Em vista disso, o IRRF relacionado a essas obrigações é retido no mês de apuração e recolhido/pago até dia 20 do mês subsequente.

3.1.7. Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores

Segundo a MACROFUNÇÃO SIAFI 021141, o ajuste de exercícios anteriores ocorrerá pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de política contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Em 31/12/2023, os registros efetuados ao longo do exercício totalizaram um saldo credor de R\$ 4.148.744,47, dentre os quais citam-se os mais relevantes:

- a) Ajuste credor de R\$ 7.190.339,67 correspondente à diferença de valor de bens móveis (urnas eletrônicas 2020), em virtude de solicitação de reequilíbrio financeiro solicitado pela empresa Positivo S.A ao TSE, referente ao fornecimento de 7.989 urnas eletrônicas (modelo 2020) recebidas pelo TRE-MA, conforme solicitação do TSE por e-mail à Seção de Gestão Patrimonial do TRE-MA, em 04 de dezembro de 2023;
- b) Ajuste devedor de R\$ 520.000,00 na conta contábil “salários e ordenados – pagamento antecipado”, em razão da referida conta encontrar-se com saldo alongado para o exercício subsequente, conforme recomendado na norma de encerramento de exercício (Orientação SOF nº 03 – COFICSOF/TSE de 24/11/2023);



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

- c) Ajuste devedor de R\$ 1.840.683,86 para reconhecimento das variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2022, indevidamente registradas em 2023, em obediência ao regime de competência e de acordo com o estabelecido na Macrofunção SIAFI 020318 – Encerramento do Exercício. Ressalte-se que os controles estão sendo aperfeiçoados para diminuição progressiva de ajustes dessa natureza.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

4.2 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	NE		2023		2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8	R\$	290.321.628,20	R\$	292.353.131,57
Impostos, Taxas e Contribuintes de Melhoria					
Contribuições Sociais					
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Diretos					
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		R\$	12.440,64	R\$	6.722,82
Juros e Encargos de Mora		R\$	12.440,64	R\$	6.722,82
Transferências e Delegantes Recebidas		R\$	243.962.511,82	R\$	255.764.953,67
Transferências Intragovernamentais		R\$	242.076.694,36	R\$	253.807.033,99
Outras Transferências e Delegações Recebidas		R\$	1.885.817,46	R\$	1.957.919,68
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		R\$	42.725.046,17	R\$	33.998.922,14
Reavaliação de Ativos				R\$	1.387,83
Ganhos com Incorporação de Ativos		R\$	42.725.046,17	R\$	33.993.871,06
Ganhos com Desincorporação de Passivos				R\$	3.663,25
Outras Variantes Patrimoniais Aumentativas		R\$	3.621.629,57	R\$	2.582.532,94
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		R\$	3.621.629,57	R\$	2.582.532,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9	R\$	242.008.310,53	R\$	265.834.019,85
Pessoal e Encargos		R\$	164.290.779,94	R\$	176.147.671,28
Remuneração a Pessoal		R\$	130.929.256,28	R\$	146.340.773,41
Encargos Patronais		R\$	23.126.690,64	R\$	22.329.767,45
Benefícios a Pessoal		R\$	9.578.514,76	R\$	7.366.601,06
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		R\$	656.318,26	R\$	110.529,36
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		R\$	28.603.095,56	R\$	25.957.304,73
Aposentadorias e Reformas		R\$	13.574.390,21	R\$	13.079.361,38
Pensões		R\$	5.821.053,82	R\$	6.226.589,80
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		R\$	9.207.651,53	R\$	6.651.353,55
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital		R\$	39.830.739,54	R\$	58.850.400,16
Uso de Material de Consumo		R\$	2.542.095,29	R\$	3.605.096,02
Serviços		R\$	29.484.951,34	R\$	48.931.981,68
Depreciação, Amortização e Exaustão		R\$	7.803.692,91	R\$	6.313.322,46
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		R\$	20.628,36	R\$	1.038,22
Juros e Encargos de Mora		R\$	17.317,32	R\$	1.038,22
Descontos Financeiros Concedidos		R\$	3.311,04		
Transferências e Delegantes Concedidas		R\$	5.112.394,12	R\$	3.161.502,00
Transferências Intragovernamentais		R\$	4.539.724,28	R\$	2.597.175,06
Outras Transferências e Delegações Concedidas		R\$	572.669,84	R\$	564.326,94
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		R\$	3.741.579,71	R\$	1.467.043,65
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		R\$	488.512,46		
Perdas Involuntárias		R\$	62,00	R\$	2.242,81
Desincorporação de Ativos		R\$	3.253.005,25	R\$	1.464.800,84
Tributárias		R\$	270.549,32	R\$	249.059,81
Contribuintes		R\$	270.549,32	R\$	249.059,81
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos					
Outras Variantes Patrimoniais Diminutivas		R\$	138.543,98		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		R\$	138.543,98		
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		R\$	48.313.317,67	R\$	26.519.111,72

Tabela 15 - DVP. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

4.2.1 Nota 8 - Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	NE		2023		2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	8	R\$	290.321.628,20	R\$	292.353.131,57

Tabela 16 – Variação Patrimonial Aumentativa - VPA. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024.

Segundo o MCASP - 9ª Edição, as Variações Patrimoniais Aumentativas são transações que resultam em aumentos da situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

Em 2023, a entidade reportou uma diminuição de R\$2.031.503,37, que corresponde a uma variação horizontal negativa de 0,69% em relação ao exercício 2022. Dentre os fatos contábeis que contribuíram para a formação desse saldo, destacam-se:

- Recebimento de recursos referente ao pagamento de multas originadas em processos de prestações de contas eleitorais;
- Restituições e ressarcimentos correspondentes a devoluções de vencimentos efetuados por servidores;
- Recebimento de sub-repasse (descentralização financeira);
- Transferências para pagamento de Restos a Pagar;
- Outros ganhos com incorporação de ativos, decorrentes do recebimento de urnas, mídias e demais bens móveis adquiridos pelo TSE e transferidos ao TRE-MA.

4.2.2 Nota 9 - Variações Patrimoniais Diminutiva – VPD

	NE		2023		2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9	R\$	242.008.310,53	R\$	265.834.019,85
Pessoal e Encargos		R\$	164.290.779,94	R\$	176.147.671,28

Tabela 17 Variação Patrimonial Diminutiva - VPD. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024.

De acordo com a 9ª Edição do MCASP, as Variações Patrimoniais Diminutivas são transações que resultam em diminuições da situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de contribuições aos proprietários.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

No Exercício 2023, ocorreu uma variação patrimonial de -8,96%, o que representa uma decréscimo na despesa sob o enfoque patrimonial na ordem de R\$23.825.709,32 em relação ao exercício anterior.

Dentre os fatos mais relevantes registrados nas VPD's podemos citar:

- a) Despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas (vencimentos, encargos, benefícios etc), inclusive aquelas relativas à prestação de serviços extraordinários, as quais representaram uma diminuição de R\$ 11.856.891,34 (-6,73%) em relação ao exercício 2022;
- b) Despesas com a prestação de serviços pelos diversos credores da entidade;
- c) Despesas de depreciação de bens móveis e imóveis;
- d) Doações de móveis considerados inservíveis;
- e) Ajuste contábil realizado na conta 1131101.01 – 13º salário – adiantamento, para baixa de saldo residual do exercício corrente, conforme Orientação SOF/TSE nº 03/2023;
- f) Transferência de valores à STN referente a devoluções e restituições efetivadas por servidores, fornecedores e outros decorrentes de multas eleitorais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

4.3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária Receita Industrial Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
Integralização do Capital Social Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			253.217.683,22	253.217.683,22
TOTAL	-		253.217.683,22	253.217.683,22
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		30.153.399		-30.153.399,00
Superavit Financeiro				
Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados	-	30.153.399		
	-			
	-			

Tabela 18 – Balanço Orçamentário (Receitas). Fonte: SIAFI, em 24/01/2024.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		211.665.569,00	233.307.998,00	237.112.696,61	224.140.499,81	220.850.596,52	- 3.804.698,61
Pessoal e Encargos Sociais		167.101.607,00	181.117.541,00	180.102.710,47	177.846.825,79	175.192.616,42	- 1.014.830,53
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		44.563.962,00	52.190.457,00	57.009.986,14	46.293.674,02	45.657.980,10	- 4.819.529,14
DESPESAS DE CAPITAL		3.536.852,00	12.047.822,00	16.104.986,61	6.779.307,02	5.900.069,57	- 4.057.164,61
Investimentos		3.536.852,00	12.047.822,00	16.104.986,61	6.779.307,02	5.900.069,57	- 4.057.164,61
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	10	215.202.421,00	245.355.820,00	253.217.683,22	230.919.806,83	226.750.666,09	-7.861.863,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		215.202.421,00	245.355.820,00	253.217.683,22	230.919.806,83	226.750.666,09	-7.861.863,22
TOTAL		215.202.421,00	245.355.820,00	253.217.683,22	230.919.806,83	226.750.666,09	-7.861.863,22

Tabela 19 - Balanço Orçamentário (Despesas). Fonte: SIAFI, em 24/01/2024

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS												
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS		PAGOS		CANCELADOS	SALDO			
DESPESAS CORRENTES	R\$	219.746,88	R\$	7.175.570,00	R\$	4.267.100,89	R\$	4.267.100,89	R\$	2.798.496,04	R\$	329.719,95
Pessoal e Encargos	R\$	100.372,43	R\$	2.633.755,02	R\$	1.173.507,20	R\$	1.173.507,20	R\$	1.560.620,25	-	
Juros e Encargos da dívida		-		-		-		-		-		
Outras Despesas	R\$	119.374,45	R\$	4.541.814,98	R\$	3.093.593,69	R\$	3.093.593,69	R\$	1.237.875,79	R\$	329.719,95
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	2.293,33	R\$	16.186.055,78	R\$	9.423.519,06	R\$	9.423.519,06	R\$	140.707,04	R\$	6.624.123,01
Investimentos	R\$	2.293,33	R\$	16.186.055,78	R\$	9.423.519,06	R\$	9.423.519,06	R\$	140.707,04	R\$	6.624.123,01
Inversões Financeiras		-		-		-		-		-		
Amortização da Dívida		-		-		-		-		-		
TOTAL	R\$	222.040,21	R\$	23.361.625,78	R\$	13.690.619,95	R\$	13.690.619,95	R\$	2.939.203,08	R\$	6.953.842,96

Tabela 20 Balanço Orçamentário (Anexo 1). Fonte: SIAFI, em 24/01/2024

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	11	-	RS 291.411,07	RS 285.065,67	-	RS 6.345,40
Pessoal e Encargos Sociais		-	RS 41.976,97	RS 41.976,97	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	RS 249.434,10	RS 243.088,70	-	RS 6.345,40
DESPESAS DE CAPITAL		-	RS 113.186,88	RS 113.186,88	-	-
Investimentos		-	RS 113.187,88	RS 113.186,88	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		-	RS 404.597,95	RS 398.252,55	-	RS 6.345,40

Tabela 21 - Balanço Orçamentário (Anexo 2). Fonte: SIAFI, em 24/01/2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

4.3.1 Nota 10 – Execução das Despesas Orçamentárias

O Balanço Orçamentário evidencia as Receitas e as Despesas Orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2023, é demonstrado pela diferença entre a Receita Realizada de R\$ 253.217.683,22 e o total da despesa empenhada, no valor de R\$ 253.217.683,22, apresentando um resultado nulo, sem déficit ou superávit. Isso acontece porque o TRE/MA não é um órgão arrecadador, cabendo a este apenas a execução da despesa orçamentária para a prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

Para o exercício de 2023, o orçamento inicial foi de R\$215.202.421,00. Posteriormente foram recebidos durante o exercício o montante de R\$ 30.153.399,00, relativos a créditos adicionais, resultando na dotação atualizada de R\$ 245.355.820,00. Desse saldo, R\$ 233.307.998,00 corresponde a Despesas Correntes e R\$ 12.047.822,00 a Despesa de Capital.

Quanto à despesa executada/empenhada do exercício 2023, nota-se que o montante de R\$ 237.112.696,61 é representado pelas despesas correntes (R\$ 180.102.710,47 – pessoal e encargos sociais, e R\$ 57.009.986,14 – outras despesas correntes) e o valor de R\$ 16.104.986,61 pelas despesas de capital (investimentos).

Na Despesa Orçamentária, a coluna Saldo da Dotação, que corresponde à diferença entre as colunas de Dotação Atualizada e Despesa Empenhada, apresentou um saldo final de - R\$ 7.861.863,22, o qual corresponde a provisões recebidas no decorrer do ano pela SOF/TSE.

As despesas empenhadas e não pagas, até o dia 31 de dezembro, foram inscritas em Restos a Pagar³, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº. 4320/1964, que os distinguem em processados e não processados.

4.3.2 Nota 11 - Execução de Restos a Pagar Processados e Não processados

Acerca das despesas empenhadas e não pagas, conforme detalhado no anexo I do Balanço Orçamentário, depreende-se que um volume expressivo de recursos foi inscrito em Restos

³ São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distingue-se dois tipos de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas) e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

a Pagar no exercício de 2023. Cerca de R\$ 26.467.017,13 do orçamento passou para execução em exercícios vindouros.

Adicionado a esses restos a pagar inscritos no exercício de 2023, também está sendo transferido para os próximos exercícios R\$ 6.953.842,96 de restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

Além disso, figura um saldo remanescente de R\$ 6.345,40, correspondente a restos a pagar processados e não processados liquidados.

No total, temos R\$ 33.427.205,49 de recursos orçamentários de exercícios anteriores a serem executados como restos a pagar em exercícios subsequentes.

A propósito, cabe salientar, que a inscrição de Restos a Pagar foi realizada de acordo com os dispositivos legais e regulamento da Lei complementar 101/2000, Lei 4.320/64, Decreto Lei nº. 200/67 e Decreto nº. 93.872/1986, bem como as orientações do Manual do Sistema de Informação do Governo Federal/ SIAFI.

4.4 BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	253.217.683,22	275.373.693,29
Ordinárias	-	-	Ordinárias	229.992.102,40	252.487.422,58
Vinculadas	-	-	Vinculadas	23.225.580,82	22.886.270,71
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	14.544,00
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Previdência Social (RPPS)	19.497.116,51	19.324.409,71
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Recursos Extraorçamentários	-	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.728.464,31	-
Recursos Não Classificados	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	3.547.317,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos Extraorçamentários	-	-
	-	-	Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	242.076.694,36	253.807.033,99	Transferências Financeiras Concedidas	4.539.724,28	2.597.175,06
Resultantes da Execução Orçamentária	228.456.930,10	252.972.621,55	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	228.456.930,10	252.972.621,55	Independentes da Execução Orçamentária	4.539.724,28	2.597.175,06
Independentes da Execução Orçamentária	13.619.764,26	834.412,44	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	865.163,81	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	13.575.962,96	823.962,16	Demais Transferências Concedidas	-	400,00
Demais Transferências Recebidas	20.240,00	3.795,86	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.674.560,47	2.596.775,06
Movimentação de Saldos Patrimoniais	23.561,30	6.654,42	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	30.284.768,11	26.396.803,54	Pagamentos Extraorçamentários	14.137.724,94	6.680.491,89
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	4.169.140,74	404.597,95	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	398.252,55	390.319,58
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	22.297.876,39	23.361.625,78	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.690.619,95	6.248.360,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	186.991,81	41.324,05	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	48.852,44	41.812,23
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.630.759,17	2.589.255,76	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	3.630.759,17	2.589.255,76			
Saldo do Exercício Anterior	3.600.088,45	8.047.611,16	Saldo para o Exercício Seguinte	4.066.418,48	3.600.088,45
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.600.088,45	8.047.611,16	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.066.418,48	3.600.088,45
TOTAL	275.961.550,92	288.251.448,69	TOTAL	275.961.550,92	288.251.448,69

Tabela 22 Balanço Financeiro. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

4.4.1 Nota 12 – Resultado Financeiro

O Balanço Financeiro tem por objetivo demonstrar a movimentação das disponibilidades da entidade, bem como permite a apuração do Resultado Financeiro, que é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos e os dispêndios do período.

No Exercício Financeiro de 2023, a entidade reportou um resultado financeiro positivo, na ordem de R\$ 466.330,03 (saldo para o exerc. seguinte – saldo do exerc. anterior), havendo, dessa forma, mais ingressos de recursos financeiros do que desembolsos ao longo do exercício.

4.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA			
		2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	15.903.105,54	3.149.936,45
INGRESSOS	12	245.894.445,34	256.437.613,80
Transferências Recebidas			
Outros Ingressos Operacionais		245.894.445,34	256.437.613,80
Ingressos Extraorçamentários		186.991,81	41.324,05
Transferências Financeiras		242.076.694,36	253.807.033,99
Arrecadação de Outra Unidade		3.630.759,17	2.589.255,76
DESEMBOLSOS		-229.991.339,80	-253.287.677,35
Pessoal e Demais Despesas		-202.966.631,12	-228.872.623,93
Judiciário		-183.653.040,55	-209.533.670,22
Previdência Social		-19.297.822,57	-19.324.409,71
Encargos Especiais		-15.768,00	-14.544,00
Juros e Encargos da Dívida			
Transferências Concedidas		-22.436.131,96	-21.776.066,13
Intragovernamentais		-22.436.131,96	-21.776.066,13
Outros Desembolsos Operacionais		-4.588.576,72	-2.638.987,29
Dispêndios Extraorçamentários		-48.852,44	-41.812,23
Transferências Financeiras		-4.539.724,28	-2.597.175,06
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-15.436.775,51	-7.597.459,16
INGRESSOS			
DESEMBOLSOS		-15.436.775,51	-7.597.459,16
Aquisição de Ativo Não Circulante		-13.098.835,75	-6.631.979,01
Concessão de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-2.337.939,76	-965.480,15
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	13		
INGRESSOS			
DESEMBOLSOS			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		466.330,03	-4.447.522,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		3.600.088,45	8.047.611,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		4.066.418,48	3.600.088,45

Tabela 23 – Demonstração de Fluxo de Caixa. Fonte: SIAFI, em 24/01/2024

4.5.1 Nota 13 – Variação dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa relaciona as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o exercício financeiro e o saldo de caixa na data das demonstrações contábeis.

Em 2023, a entidade teve uma variação de caixa positiva (caixa final – caixa inicial) na ordem de R\$ 466.330,03.

Nota-se que a maioria das entradas e saídas de caixa decorrem das atividades operacionais: os ingressos são resultantes, em grande parte, de transferências financeiras



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

(sub-repasse); e os dispêndios são decorrentes, de forma predominante, do pagamento de pessoal (salários, previdência etc).

Ainda sobre o fluxo operacional, vale destacar os ingressos extra orçamentários, que são representados por recursos financeiros, de caráter temporário, pertencentes a terceiros e em poder da Administração, dos quais ela não pode dispor, uma vez que esta atua como mero agente depositário. São exemplos desses registros: depósitos em caução, consignações etc.

Quanto às atividades de investimento, percebe-se que quase a totalidade dos desembolsos são provenientes da aquisição de ativos não circulantes (compra de bens móveis em geral para utilização pela Administração, aquisição de softwares etc)

5 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor.

Os principais critérios e políticas contábeis adotados, no âmbito do TRE-MA, seguem as opções e premissas do modelo de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, previstas no MCASP 9ª Edição, em especial ao Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos a Curto Prazo, Demais Créditos e Valores a Curto Prazos, Estoques, Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível, Depreciação, Amortização, Reavaliação, Provisões, etc.

Frise-se, ainda que:

- a) Os bens do Ativo Imobilizado foram depreciados mensalmente no exercício de 2023, em observância ao estabelecido no MCASP, 9ª Edição.
- b) A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens deste Tribunal foi definida com base em parâmetros e índices emitidos em normas do Manual do SIAFI e orientação advinda do órgão Tribunal Superior Eleitoral.

6 LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ativo do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	10
Tabela 2 - Passivo do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	11
Tabela 3 - Contas Contábeis de Bens Móveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	12
Tabela 4 – Valores brutos ou de aquisição de Bens Móveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	13
Tabela 5 – Valor da depreciação anual por conta de bem móvel. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	13



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Tabela 6 – Subgrupo Móveis do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	14
Tabela 7 – Relação de bens Imóveis de uso especial cadastrados na SPU. Fonte: SIAFI/SPUINET, em 31/12/2023 https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/patrimonio-da-uniao/transparencia/dados-abertos/depreciacao-de-imoveis .	16
Tabela 8 Relação de bens Imóveis de uso especial não cadastrados na SPU. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	17
Tabela 9 Contas Contábeis pertencente ao subgrupo Imóveis. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	17
Tabela 10 - Subgrupo Imóveis do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	17
Tabela 11- Alterações patrimoniais no subgrupo Imóveis em 2023. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	18
Tabela 12 Ativo Intangível (Software) por fornecedor. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	21
Tabela 13 - Subgrupo Móveis do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	21
Tabela 14 Passivo Circulante do BP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	22
Tabela 15 - DVP. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	25
Tabela 16 – Variação Patrimonial Aumentativa - VPA. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	26
Tabela 17 Variação Patrimonial Diminutiva - VPD. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	26
Tabela 18 – Balanço Orçamentário (Receitas). Fonte: SIAFI, em 31/12/2023.	28
Tabela 19 - Balanço Orçamentário (Despesas). Fonte: SIAFI, em 31/12/2023	29
Tabela 20 Balanço Orçamentário (Anexo 1). Fonte: SIAFI, em 31/12/2023	29
Tabela 21 - Balanço Orçamentário (Anexo 2). Fonte: SIAFI, em 31/12/2023	29
Tabela 22 Balanço Financeiro. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023	31
Tabela 23 – Demonstração de Fluxo de Caixa. Fonte: SIAFI, em 31/12/2023	32



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

ANEXOS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - SIAFI

1. Balanço Financeiro
2. Balanço Orçamentário
3. Balanço Patrimonial
4. Demonstração dos Fluxos de Caixa
5. Demonstração das Variações Patrimoniais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

BALANÇO FINANCEIRO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL



BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	253.217.683,22	275.373.693,29
Ordinárias	-	-	Ordinárias	229.992.102,40	252.487.422,58
Vinculadas	-	-	Vinculadas	23.225.580,82	22.886.270,71
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)		14.544,00
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Previdência Social (RPPS)	19.497.116,51	19.324.409,71
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios		-
Recursos Extraorçamentários	-	-	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.728.464,31	-
Recursos Não Classificados	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		3.547.317,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos Extraorçamentários	-	-
			Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	242.076.694,36	253.807.033,99	Transferências Financeiras Concedidas	4.539.724,28	2.597.175,06
Resultantes da Execução Orçamentária	228.456.930,10	252.972.621,55	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	228.456.930,10	252.972.621,55	Independentes da Execução Orçamentária	4.539.724,28	2.597.175,06
Independentes da Execução Orçamentária	13.619.764,26	834.412,44	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	865.163,81	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	13.575.962,96	823.962,16	Demais Transferências Concedidas		400,00
Demais Transferências Recebidas	20.240,00	3.795,86	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.674.560,47	2.596.775,06
Movimentação de Saldos Patrimoniais	23.561,30	6.654,42	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	30.284.768,11	26.396.803,54	Pagamentos Extraorçamentários	14.137.724,94	6.680.491,89
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	4.169.140,74	404.597,95	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	398.252,55	390.319,58
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	22.297.876,39	23.361.625,78	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.690.619,95	6.248.360,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	186.991,81	41.324,05	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	48.852,44	41.812,23
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.630.759,17	2.589.255,76	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	3.630.759,17	2.589.255,76			
Saldo do Exercício Anterior	3.600.088,45	8.047.611,16	Saldo para o Exercício Seguinte	4.066.418,48	3.600.088,45
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.600.088,45	8.047.611,16	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.066.418,48	3.600.088,45
TOTAL	275.961.550,92	288.251.448,69	TOTAL	275.961.550,92	288.251.448,69



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária Receita Industrial Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
Integralização do Capital Social Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	253.217.683,22	253.217.683,22
TOTAL	-	-	253.217.683,22	253.217.683,22
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	30.153.399	-	-30.153.399,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	30.153.399	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas Mobiliária Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas Mobiliária Contratual	-	-	-	-
	-	-	-	-
	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			253.217.683,22	253.217.683,22
TOTAL	-		253.217.683,22	253.217.683,22
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		30.153.399		-30.153.399,00
Superavit Financeiro				
Excesso de Arrecadação				
Créditos Cancelados	-	30.153.399		
	-			
	-			
	-			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADA	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		211.665.569,00	233.307.998,00	237.112.696,61	224.140.499,81	220.850.596,52	- 3.804.698,61
Pessoal e Encargos Sociais		167.101.607,00	181.117.541,00	180.102.710,47	177.846.825,79	175.192.616,42	1.014.830,53
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		44.563.962,00	52.190.457,00	57.009.986,14	46.293.674,02	45.657.980,10	- 4.819.529,14
DESPESAS DE CAPITAL		3.536.852,00	12.047.822,00	16.104.986,61	6.779.307,02	5.900.069,57	- 4.057.164,61
Investimentos		3.536.852,00	12.047.822,00	16.104.986,61	6.779.307,02	5.900.069,57	- 4.057.164,61
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTIGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	10	215.202.421,00	245.355.820,00	253.217.683,22	230.919.806,83	226.750.666,09	-7.861.863,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		215.202.421,00	245.355.820,00	253.217.683,22	230.919.806,83	226.750.666,09	-7.861.863,22
TOTAL		215.202.421,00	245.355.820,00	253.217.683,22	230.919.806,83	226.750.666,09	-7.861.863,22



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS								
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	R\$	219.746,88	R\$	7.175.570,00	R\$	4.267.100,89	R\$	329.719,95
Pessoal e Encargos	R\$	100.372,43	R\$	2.633.755,02	R\$	1.173.507,20	R\$	-
Juros e Encargos da dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas	R\$	119.374,45	R\$	4.541.814,98	R\$	3.093.593,69	R\$	329.719,95
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	2.293,33	R\$	16.186.055,78	R\$	9.423.519,06	R\$	6.624.123,01
Investimentos	R\$	2.293,33	R\$	16.186.055,78	R\$	9.423.519,06	R\$	6.624.123,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	R\$	222.040,21	R\$	23.361.625,78	R\$	13.690.619,95	R\$	6.953.842,96



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		-	RS 291.411,07	RS 285.065,67		RS 6.345,40
Pessoal e Encargos Sociais		-	RS 41.976,97	RS 41.976,97	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	RS 249.434,10	RS 243.088,70		RS 6.345,40
DESPESAS DE CAPITAL		-	RS 113.186,88	RS 113.186,88		-
Investimentos		-	RS 113.187,88	RS 113.186,88		-
Inversões Financeiras		-				-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
TOTAL		-	RS 404.597,95	RS 398.252,55	RS -	RS 6.345,40



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	5.965.894,18	6.203.841,06	PASSIVO CIRCULANTE	8.993.195,44	6.259.425,81
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.066.418,48	3.600.088,45	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	2.458.937,97	4.803.171,31
Créditos a Curto Prazo	126.270	95.896,70	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	126.270	95.896,70	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.591.614,51	1.193.605,84
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.740.303,62	2.462.920,72	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	32.902,08	44.935,19	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.942.642,96	262.648,66
ATIVO NÃO CIRCULANTE	174.759.688,88	119.325.910,23	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	8.993.195,44	6.259.425,81
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Imobilizado	169.462.815,68	114.874.627,03	Reservas de Capital	-	-
Bens Móveis	107.308.108	56.309.779,34	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	149.093.120,34	93.329.823,92	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-41.785.012,34	-37.020.044,58	Demais Reservas	1.387,83	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL



			Resultados Acumulados	171.730.999,79	119.270.325,48
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
			Resultado do Exercício	48.313.317,67	26.519.111,72
Bens Imóveis	62.154.707,68	58.564.847,69			
			Resultados de Exercícios Anteriores	119.268.937,65	90.009.954,76
Bens Imóveis	62.841.271,13	59.203.151,51			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-686.563,45	-638.303,82			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	4.148.744,47	2.741.259,00
			(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	171.732.387,62	119.270.325,48
Intangível	5.296.873,2	4.451.283,20			
Softwares	5.296.873,2	4.451.283,20			
Softwares	5.296.873,2	4.451.283,20			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

TOTAL DO ATIVO	180.725.583,06	125.529.751,29	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	180.725.583,06	125.529.751,29
----------------	----------------	----------------	---------------------------------------	----------------	----------------

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	4.066.418,48	3.600.088,45	PASSIVO FINANCEIRO	33.580.014,60	24.002.933,68
ATIVO PERMANENTE	176.659.164,58	121.929.662,84	PASSIVO PERMANENTE	2.432.726,33	4.775.237,72
			SALDO PATRIMONIAL	144.712.842,13	96.751.579,89

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.465.070,70	432.501,16	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	51.680.630,04	45.980.591,21
Atos Potenciais Ativos	1.465.070,70	432.501,16	Atos Potenciais Passivos	51.680.630,04	45.980.591,21
Garantias e Contragarantias Recebidas	1.465.070,70	432.501,16	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Convenidos e Outros Instrumentos Congêneros	-	-	Obrigações Convenidas e Outros Instrumentos	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	51.680.630,04	45.980.591,21
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	1.465.070,70	432.501,16	TOTAL	51.680.630,04	45.980.591,21

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-28.679.818,34
Recursos Vinculados	-833.777,18
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-298.093.924,76
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	596.187.849,52
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-298.327.701,34
TOTAL	-29.513.596,12

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL



	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.903.105,54	3.149.936,45
INGRESSOS	245.894.445,34	256.437.613,80
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	245.894.445,34	256.437.613,80
Ingressos Extraorçamentários	186.991,81	41.324,05
Transferências Financeiras Recebidas	242.076.694,36	253.807.033,99
Arrecadação de Outra Unidade	3.630.759,17	2.589.255,76
DESEMBOLSOS	-229.991.339,8	-253.287.677,35
Pessoal e Demais Despesas	-202.966.631,12	-228.872.623,93
Legislativo	-	-
Judiciário	-183.653.040,55	-209.533.670,22
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-19.297.822,57	-19.324.409,71
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Comércio e Serviços		-
Comunicações		-
Energia		-
Transporte		-
Desporto e Lazer		-
Encargos Especiais	-15.768,00	-14.544,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Juros e Encargos da Dívida		-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		-
Outros Encargos da Dívida		-
Transferências Concedidas	-22.436.131,96	-21.776.066,13
Intergovernamentais		-
A Estados e/ou Distrito Federal		-
A Municípios		-
Intragovernamentais	-22.436.131,96	-21.776.066,13
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-4.588.576,72	-2.638.987,29
Dispêndios Extraorçamentários	-48.852,44	-41.812,23
Transferências Financeiras Concedidas	-4.539.724,28	-2.597.175,06
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-15.436.775,51	-7.597.459,16
INGRESSOS		-
Alienação de Bens		-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-
Outros Ingressos de Investimentos		-
DESEMBOLSOS	-15.436.775,51	-7.597.459,16
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.098.835,75	-6.631.979,01
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.337.939,76	-965.480,15
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-
INGRESSOS		-
Operações de Crédito		-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		-
Transferências de Capital Recebidas		-
Outros Ingressos de Financiamento		-
DESEMBOLSOS		-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-
Outros Desembolsos de Financiamento		-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	466.330,03	-4.447.522,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.600.088,45	8.047.611,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.066.418,48	3.600.088,45

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	290.321.628,2	292.353.131,57
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12.440,64	6.722,82
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	12.440,64	6.722,82
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	243.962.511,82	255.764.953,67
Transferências Intragovernamentais	242.076.694,36	253.807.033,99
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.885.817,46	1.957.919,68
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	42.725.046,17	33.998.922,14
Reavaliação de Ativos	-	1.387,83
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	42.725.046,17	33.993.871,06



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL

Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.663,25
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.621.629,57	2.582.532,94
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.621.629,57	2.582.532,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	242.008.310,53	265.834.019,85
Pessoal e Encargos	164.290.779,94	176.147.671,28
Remuneração a Pessoal	130.929.256,28	146.340.773,41
Encargos Patronais	23.126.690,64	22.329.767,45
Benefícios a Pessoal	9.578.514,76	7.366.601,06
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	656.318,26	110.529,36
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	28.603.095,56	25.957.304,73
Aposentadorias e Reformas	13.574.390,21	13.079.361,38
Pensões	5.821.053,82	6.226.589,80
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.207.651,53	6.651.353,55
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	39.830.739,54	58.850.400,16
Uso de Material de Consumo	2.542.095,29	3.605.096,02
Serviços	29.484.951,34	48.931.981,68
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.803.692,91	6.313.322,46
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	20.628,36	1.038,22
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	17.317,32	1.038,22
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	3.311,04	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	5.112.394,12	3.161.502,00
Transferências Intragovernamentais	4.539.724,28	2.597.175,06
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA E GERENCIAL



Outras Transferências e Delegações Concedidas	572.669,84	564.326,94
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.741.579,71	1.467.043,65
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	488.512,46	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	62,00	2.242,81
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	3.253.005,25	1.464.800,84
Tributárias	270.549,32	249.059,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	270.549,32	249.059,81
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	138.543,98	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	138.543,98	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	48.313.317,67	26.519.111,72